O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO DE INGLÊS NO ACOLHIMENTO DOS ALUNOS NO 6º ANO

Gabrielli Martins Magiolo
(PG/PPGEL-UEL)
gabriellimagiolo1@hotmail.com
Juliana Reichert Assunção Tonelli
(PPGEL/MEPLEM-UEL)
teacherjuliana@uol.com.br

Eixo 1: Educação e Infância

Resumo
Este artigo, recorte de pesquisa mais ampla, objetiva problematizar questões inerentes à transição do aluno entre as etapas do ensino fundamental. Discutimos, mais especificamente, o aluno nas aulas de línguas estrangeiras modernas - inglês - visto que, embora a realidade evidencie que muitas escolas municipais oferecem a língua, esta não é assegurada em lei. A oferta de, ao menos uma língua estrangeira passa a ser obrigatória somente a partir do 6o ano do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, considerando o livro didático (LD) como um dos principais instrumentos no ensino, analisamos o volume adotado em algumas escolas paranaenses e, a partir dele, buscamos evidências de se e como o aluno vem sendo "acolhido" nas aulas de inglês. Para tanto, buscamos respaldo teórico em pesquisas já realizadas sobre o LD (RAMOS, 2009; COSTA, 2012; SARMENTO E SILVA, 2012; FERREIRA, 2015; entre outros) e também nos documentos e diretrizes que regulamentam a elaboração destes. Os resultados mostram que, apesar da qualidade do livro analisado, visto a ausência da oferta obrigatória nos anos iniciais, o nível de dificuldade linguística evidenciado pode não acolher o aluno que, em tese, tem seu primeiro contato formal com a língua.

Palavras-chave: Inglês nas séries iniciais; Programa Nacional do Livro Didático; Língua Estrangeira Moderna.

Introdução

Considerando o orçamento[1] investido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, tendo em vista que o livro didático (LD) de língua estrangeira moderna (LEM) configura-se uma conquista e, logo, um direito do

[1] De acordo com o portal do MEC, em 2018 mais de 1 bilhão de reais foram investidos.

aluno, percebemos a necessidade de serem realizadas mais pesquisas que se dediquem à análise destes materiais em relação à adaptação destes aos seus contextos de utilização.

Motivadas pelo silenciamento dos documentos oficiais sobre o ensino de língua estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) realizamos a análise de um volume do LD[2] utilizado no 6º ano de uma escola da rede pública no intuito de identificar se o material contempla o acolhimento do aluno[3] na disciplina de LEM, uma vez que, em tese, seria este o primeiro contato formal com o ensino de língua inglesa, ou seja, introdutor da disciplina na vida escolar do aluno. Dizemos "em tese" porque, na prática, as iniciativas de implementação de ensino de língua inglesa para crianças (ELIC) evidenciam que o contato com uma língua estrangeira tem acontecido previamente e, os LD não atendem às necessidades dos alunos que saem das escolas municipais para ingressar nas escolas estaduais[4].

Assim sendo, estabelecemos, como nosso objetivo geral, problematizar a transição do aluno dos anos iniciais para os finais do EF e ainda, como o LD colabora (ou não) com este processo e, como objetivo específico, destacar a necessidade de (re)pensar o papel e a função do LD neste contexto. Respondendo, desta forma, a seguinte pergunta de pesquisa: o LD analisado contempla o acolhimento deste aluno na disciplina que, em tese, lhe está sendo apresentada pela primeira vez?

Ao centralizar a pesquisa no contexto de um 6º ano, entendemos que a transição entre as etapas do EF (ou do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental para o Segundo ciclo) é um momento da vida escolar do

---

[2] Volume 6 da coleção Way to English for Brazilian Learners.

[3] Para nós, acolher o aluno do 6º ano, significa ajudá-lo no processo de familiarização com o novo contexto de estudo e a nova disciplina cuja oferta, até então, não lhe era garantida. Para fins de esclarecimento, acolher o aluno na disciplina de LEM, neste trabalho, é propiciar experiências prazerosas, lúdicas e cativantes, para que laços afetivos sejam cultivados entre aluno e língua, ao invés de frustração diante de uma língua que lhe é estranha.

[4] Esta afirmação decorre de depoimentos de professores da rede estadual de ensino gerados em 2018 para monografia de final de curso da primeira autora, sob a orientação da segunda, apresentada ao curso de especialização em línguas estrangeiras (consultar MAGIOLO, 2019).

aluno que merece mais atenção de pesquisadores no Brasil, principalmente no que concerne à LEM nos anos iniciais para o qual não há legislação.

Referencial teórico

O Livro Didático de LEM

Os desafios de ensino e aprendizagem de inglês são muitos, desde dificuldades inatas do aluno a escolas mal estruturadas. Há recursos para tornar este caminho mais fácil e o uso de um material didático de qualidade, que atenda as mais variadas necessidades dos alunos se torna essencial. Na tentativa de abranger o papel e as funções do LD neste trabalho, revisitamos a literatura especializada e percorremos, brevemente, o processo implementado pelo PNLD para compreender e relatar a importância que se deve atribuir ao uso deste material que abrange orçamento considerável todos os anos.

O LD, que para muitos educadores é a base de todo o trabalho feito em sala por ser a plataforma que muitos profissionais utilizam como apoio para suas aulas. Alguns autores discorrem sobre as vantagens de se utilizar o livro didático conforme Ferreira (2015): o suporte ao aluno e uma menor dependência do professor; instrumento facilitador em sala, realça a prática pedagógica do professor, entre outros. Por isso, existe uma grande preocupação não só pela formação do professor, mas também pela qualidade do material didático utilizado (FERREIRA, 2015). Mesmo com o crescimento da preocupação por materiais didáticos exemplares, muitos autores concordam que ainda há urgência para que mais pesquisas e análises sejam feitas, de investigar a qualidade dos materiais, em especial sobre a elaboração dos mesmos, como também seus objetivos e interesses. (MCDONOUGH; SHAW, 2003; TOMLINSON; MASUHARA, 2005; SALAS, 2004; entre outros). A esse respeito, COSTA (2012, p. 16) afirma que

> O livro didático é uma ferramenta que está presente nos diversos níveis de escolarização, da educação básica até o ensino superior, e devido à sua ampla utilização, é um

> instrumento que precisa ser avaliado considerando suas limitações e potencialidades, e deve estar sempre a serviço de uma aprendizagem sólida e eficiente.

Consideramos a distribuição gratuita do LD de LEM no Brasil uma importante conquista enquanto facilitador do processo de ensino e aprendizagem tanto para os professores quanto para os alunos, porém a inclusão de LEM dentre as disciplinas atendidas pelo PNLD ainda é recente e o que se almeja/idealiza alcançar com o uso deste recurso está distante da realidade de sala de aula.

No entanto, Dias (2009) revela que o LD é, em muitos casos por estrutura precária da escola, o único recurso disponível para a atuação do professor em sala de aula, constituindo-se como alternativa viável e confiável para o profissional que sofre grande influência deste em relação ao *que* se ensina e *como* se ensina. Logo, para ela, é por meio da garantia da qualidade teórico-metodológica determinada pelos rigorosos editais do PNLD que o LD *pode* influenciar positivamente o ensino na escola pública.

No entanto, é preciso olhar para este instrumento com critério e parcimônia para não transformá-lo em algo limitador do trabalho docente. É neste sentido que Ramos (2009) reflete sobre os papéis e as funções do LD, ela utiliza os termos “bíblia, muleta e fardo” para se referir às situações em que este é utilizado sem autonomia e reflexão. Por outro lado, ao utilizar os termos “guia ou ferramenta auxiliar”, a autora elenca a importância da adoção do material: “o LD é a forma mais conveniente de apresentar o material para os alunos; auxilia a dar consistência e continuidade a um curso; dá aos alunos um senso de sistema, coesão e progresso; e ajuda os professores a preparar suas aulas” (RAMOS, 2009, p. 176). Além desses, outros argumentos são apresentados no mesmo estudo e, em síntese, a literatura em geral defende a adoção do LD com a ressalva de que, na prática, seu uso demanda análise e adequação.

O Programa Nacional do Livro Didático e seu funcionamento

O PNLD é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), baseando-se nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores. Trata-se de um programa, segundo portal do MEC, destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas.

Segundo Sarmento e Silva (2012), apesar do PNLD existir desde 1985, o LD de Língua Estrangeira só passou a fazer parte do programa em 2011. Até então, o governo não fornecia nenhum material didático para a disciplina, cabendo à escola adotar ou não outros materiais. Mais uma vez, a necessidade de reiterar a conquista de atualmente possuirmos LDs gratuitos e de qualidade na escola pública. No entanto, devemos considerar duas ressalvas neste contexto: 1) o processo de funcionamento do programa implica falhas que incidem, em muitos casos, em não utilização deste instrumento; 2) as coleções de LEM que chegam às etapas finais do processo não são suficientes para atender adequadamente as múltiplas realidades de um país continental como o Brasil – toma-se como exemplo as divergências apresentadas em relação aos encaminhamentos teórico-metodológicos nacionais e estaduais.

Neste sentido, a produção e o processo de distribuição do LD pelo PNLD merecem mais atenção e demandam mais pesquisas, principalmente no que tange a disciplina de LEM, cuja inclusão no programa é recente. Por isso, dedicamo-nos agora a compreender o funcionamento deste programa e apontar eventuais falhas que possam prejudicar a utilização do LD.

O PNLD atende escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais. Porém, dado o caráter não consumível do LD, o programa não atende a todas estas esferas dentro de um mesmo ano/edital. O atendimento é executado alternadamente em ciclos e, a cada ano, uma esfera recebe exemplares novos que devem ser reutilizados por mais dois anos.

A função do edital do programa é delimitar as regras e garantir clareza dos critérios exigidos das editoras que desejam se inscrever no

programa. Assim, o texto é bastante claro e específica todas as exigências do processo: delimita o cronograma e os prazos para entrega de documentos e das obras; detalha a lista de documentos de exigidos das editoras; descreve e regulamenta cada uma das etapas descritas na seção anterior.

Ao final do edital, encontram-se os anexos contendo as informações mais relevantes que guiarão as editoras no processo de produção do LD, mais especificamente: anexo I (estrutura editorial, triagem e critérios de exclusão na triagem) que diz respeito a características da formatação editorial como elementos da capa, segunda capa e etc. além de listar um conjunto de 126 códigos divididos em cinco categorias que justificam a exclusão da obra no programa; anexo II (especificações técnicas para produção das obras didáticas) que delimita exigências mais técnicas como formato, matéria prima e acabamento; e anexo III (princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas) que identifica os pressupostos de orientações didáticas que devem reger sua produção, sempre em respeito e consonância aos documentos de orientações oficiais. Este último nos interessa, particularmente, por apresentar princípios comuns e específicos de cada disciplina.

Sendo assim, a seleção dos livros, desde sua produção até chegar no ambiente escolar, segue uma longa lista de critérios e métodos definidos pelo PNLD e acontece em três etapas. A primeira trata-se da triagem de elementos técnicos editoriais, como número de páginas, qualidade de impressão e etc. A segunda é a análise e avaliação pedagógica feitas por comissões e profissionais. Enquanto a terceira é a fase de escolha das obras que serão efetivamente usadas nas escolas, esta é realizada pelos professores de cada escola.

A partir da aprovação das obras, é disponibilizado um Guia Online com resenhas sobre as obras aprovadas. Frequentemente as editoras também enviam amostras e manuais do professor para escolas com o interesse de que tendo o material em mãos, os professores consigam avaliar melhor a obra e então sintam-se mais propensos e seguros em optar por aquele livro.

O processo de análise do livro didático

A preocupação sobre análises do material didático levou alguns autores a criarem fichas avaliativas para facilitar o processo de análise. Ferreira (2015), por exemplo, reúne diversos modelos de diferentes autores e faz uma reflexão sobre o papel do LD e sua utilização como muleta. Em seu texto, a autora defende a ideia de que não existe apenas um único livro didático que atenda todas as necessidades de todos os alunos pois cada grupo é constituído por “pessoas distintas com objetivos distintos” (FERREIRA, 2015, p. 89).

> Entendemos que o professor tem (ou deveria ter) liberdade para poder pular ou adiantar conteúdos, propor atividades complementares ou complementar as que se encontram no livro didático adotado, sugerir atividades de gêneros distintos e levar elementos motivadores (canções, vídeos ou filmes, textos visuais e/ou imagéticos, anúncios publicitários, quadrinhos), lúdicos (jogos, dinâmicas) e inovadores (novas tecnologias) ao cenário educativo, já que o objetivo essencial é desenvolver o conhecimento da língua estrangeira/adicional alvo, tanto do ponto de vista do ensino como da aprendizagem. (FERREIRA, 2015, p. 90, tradução nossa).

O livro didático não pode limitar a liberdade do professor, sendo apenas um dos recursos entre um leque que podem ser utilizados em sala, daí a importância do ato de realizar uma análise criteriosa ao escolher a obra que será adotada. Ramos (2009) menciona duas formas de avaliação que se encaixam na realidade da escola pública: 1) "impressão geral", aquela em que o professor tem uma ideia geral de suas possibilidades ao simplesmente folhear o livro ou ler superficialmente a resenha oferecida pela editora. Embora esta estratégia possibilite a percepção dos pontos fortes do livro, pode impossibilitar a localização ou omissões relevantes de pontos fracos; 2) "avaliação em profundidade", possibilita relacionar o trabalho de itens específicos com as necessidades dos alunos. No mesmo sentido, Ferreira (2015) também sugere alguns aspectos de escolha do livro, que vão além do conteúdo linguístico:

> Uma vez que o professor tem a possibilidade de adotar um manual para auxiliá-lo em suas aulas, entendemos que é

> importante considerar alguns aspectos durante a seleção, como: (a) o perfil do aluno (idade, gostos e preferências; observar se o livro explora as necessidades ou dificuldades do aprendiz), (b) o objetivo que o professor queira alcançar, levando em conta o ponto de vista tanto do professor como do aluno (o que se pretende alcançar, contextos de ensino e aprendizagem), (c) abordagem, método ou enfoque subjacente ao livro (notar se há uma transposição entre a teoria e a prática), (d) acessibilidade ou disponibilidade de compra do livro, (e) documentos e guias oficiais (verificar se as sugestões legais ou governamentais são contempladas), (f) o valor do livro. (FERREIRA, 2015, p. 92).

Souza-Luz (2015, p. 50) pondera de maneira similar, diferenciando os termos “análise e avaliação do LD”, postulando que “é de extrema importância para o desenvolvimento de uma avaliação o estabelecimento de critérios e princípios que confirmam a validade e confiabilidade para que se possa alcançar os objetivos propostos”, enquanto a análise “tem como foco os itens que o material contempla ou deixa de contemplar e deve ser objetiva a respeito do que ele se propõe a atingir daquilo que efetivamente faz” (SOUZA-LUZ, 2015, p. 50).

Por sua vez, Ramos (2009) pontua que outro fator importante ao realizar a avaliação de um LD é o processo de “autonomização” do aluno na utilização do LD, ou seja, a interação aluno x LD não deve ser mediada pelo professor durante todo o tempo. Para Magno e Silva (2009, p. 76), a “autonomização acontece sempre que há interesse. Portanto, se o livro didático for interessante para os aprendentes ou ainda se o professor conseguir torná-lo interessante, a autonomização ocorrerá”.

No entanto, a real noção de autonomização do aluno só poderá ser percebida totalmente durante e depois da utilização do LD.

> O professor deve observar, então, se o livro propicia oportunidades para o agir autônomo dos alunos. [...]. Isso envolve conscientização, autoconhecimento, gerenciamento e monitoramento da aprendizagem, tomada de decisões e disposição para aprender na e pela interação com o outro. Sendo assim, o aprendiz assume um papel ativo nesse processo. (DIAS, 2009, p. 209).

Destacamos este termo porque ele será retomado na discussão de nossos resultados, uma vez que nosso objetivo é compreender a adequabilidade do LD analisado.

Outro ponto a ser destacado em relação à etapa de escolha do LD é a concepção de língua e linguagem assumida pelo material. É necessário que o profissional tenha clareza sobre as diretrizes curriculares, sobre os documentos organizadores do trabalho escolar e, ainda, sobre as necessidades do seu contexto de atuação, pois "cabe ao professor avaliador julgar o quanto esse LD pode se adequar às suas necessidades, às suas próprias concepções e às novas concepções prescritas nos documentos oficiais para merecer ser selecionado" (Rudby 2003 apud Ramos 2009, p. 190).

Assim, por se tratar de ensino de LE no contexto público, especificamente no âmbito do LD que é distribuído nacionalmente por um programa com rígidos editais e fundamentos teórico-metodológicos bastante específicos, esta pesquisa está pautada nas concepções de língua trazidas pelos documentos oficiais nacionais e estaduais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE) e, o mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Apesar dos PCN e das DCE partilharem da concepção de língua como prática social – como explicitado anteriormente –, esta entende que a educação linguística pode contribuir para a diminuição das desigualdades; afasta-se, portanto da abordagem comunicativa. Enquanto no estado do Paraná concebemos língua como heterogênea, ideológica e opaca; nacionalmente, a língua é considerada lugar de interação humana, ou seja, a língua acontece na comunicação em meio a sociedade, está relacionada ao êxito na comunicação.

Isto significa que para as DCEs, para além da comunicação, perceber as intenções do enunciador, as expectativas do destinatário, bem como o conteúdo da mensagem e a interferência do contexto no discurso é essencial para que se favoreça um ensino voltado à formação do cidadão crítico; assim sendo, trabalhar com os gêneros discursivos em sala de aula é primordial neste cenário. É importante realçar ainda que os PCNs de LEM não mencionam nem sequer uma vez o trabalho com gêneros textuais/discursivos.

Em consonância, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que regulamenta atualmente o ensino no país também discursa sobre a função formadora do ensino de LEM voltada para a formação de um cidadão crítico e para o exercício da cidadania. Contudo, a nosso ver, o novo documento dá um passo a mais em relação aos PCNs pois, ao compreender que ensinar LI tem tal finalidade, reconhece a língua como “sempre híbrida, polifônica e multimodal” (BRASIL, 2017, p. 245), no entanto, mesmo utilizando o termo “gêneros”, não podemos dizer que o atual documento norteador propõe uma abordagem de ensino a partir dos gêneros textuais/discursivos.

Concluímos, portanto, que há dissonância entre os documentos norteadores nos níveis estadual e nacional, o que demanda do professor no estado do Paraná maior critério e análise durante o processo de escolha dos livros do PNLD, pois nossa abordagem de ensino é, em tese, diferente daquela que os livros trazem.

Metodologia

Classificamos esta pesquisa como sendo de natureza qualitativa de análise dos dados por esta apresentar caráter descritivo e ser permeada por significados (MELO; FILHO; CHAVES, 2016), assumimos uma filiação sociológica interpretativa, pois entendemos que a realidade é, ao mesmo tempo, subjetiva e múltipla.

Aliando, portanto, inquietações pessoais e profissionais das pesquisadoras, partimos de nossa preocupação com a inserção do aluno que deixa a escola municipal e passa a estudar na rede estadual, focalizando o processo de acolhimento do indivíduo dentro da disciplina de LEM em termos de cultivar a afetividade entre aluno e conteúdo, e de não frustrá-lo nas páginas de um livro, cuja língua, ele considera estrangeira, ou seja, pertencente ao outro.

Reiterando nosso objetivo geral de problematizar a transição do aluno dos anos iniciais para os finais do EF e, ainda, como o LD colabora (ou não) com este processo, apresentamos nosso objeto de pesquisa: o livro

didático, volume 6 da coleção *Way to English*[5]**.** O material é composto por: livro do aluno, manual do professor e CD de áudio.

Primeiramente, realizamos a análise deste LD de acordo com seus critérios mais amplos e identificamos na revisão de literatura que existem várias fichas de análise disponíveis. Entendendo que esta análise se justifica na intenção de compreender o funcionamento do LD em detrimento de seu papel no acolhimento do aluno na "nova disciplina", percebemos que nenhuma das fichas a que tivemos acesso contemplaria esta particularidade.

Optamos por utilizar uma ficha de avaliação que fosse capaz de apresentar nosso instrumento de forma mais ampla, mas que também possuísse descritores passíveis de argumentação quanto ao acolhimento de um aluno que nunca teve contato formal com a língua inglesa antes, devido ao caráter facultativo do ensino de inglês nas séries iniciais. Tendo isto em mente, concluímos que a ficha escolhida deveria estar construída em forma de perguntas para que pudéssemos respondê-las discursivamente. Dentre as possibilidades, elegemos a ficha de avaliação desenvolvida por Ramos (2009) por atender nossos critérios[6]. Os resultados apresentamos a seguir.

Resultados

Nesta seção apresentaremos os resultados da análise de nosso instrumento de pesquisa. É necessário, porém, reafirmar a posição que assumimos para realizar a análise: o contexto para o qual o LD do 6º ano *deveria* ser elaborado, ou seja, o aluno da escola pública que, segundo a legislação, terá seu primeiro contato com a LI. Pensando neste contexto, avaliamos o LD e argumentamos sobre os pontos positivos que

[5] Aprovada pelos critérios de edital do PNLD 2017, de autoria de Claudio Franco e Kátia Tavares e foi publicada pela editora Ática a partir de sua aprovação no processo de seleção do PNLD de 2017.

[6] Por questão de espaço, optamos por não incluir a ficha completa, porém relataremos aqui os pontos mais importantes depreendidos por nós por meio dela que consideramos mais relevantes com vistas à nosso objetivo (para verificar análise completa, consultar Magiolo, 2019).

atendem/acolhem este público e aqueles em que o LD não se mostra uma ferramenta eficaz.

De forma geral, trata-se de um material de qualidade. O que mais nos chama atenção positivamente são dois pontos: 1) a preocupação dos autores em criar mecanismos que ajudem os alunos a pensar em estratégias de aprendizagem; 2) a qualidade dos textos que garantem contato do aluno com diversidades de linguagens, realidades e temas substanciais.

A obra traz duas unidades introdutórias que, a nosso ver, são importantíssimas para introdução do aluno na disciplina. A estratégia dos *post-its* com dicas é também um conceito interessante para que o aluno consiga aumentar sua autonomia. No entanto, ao apresentar o enunciado das atividades em inglês desde o início do livro, uma relação de dependência do professor pode ser criada e mantida, pelo fato do aluno não acreditar ser capaz de performar aquela ação de forma autônoma. Neste sentido, defendemos que para um primeiro contato, os enunciados dos exercícios deveriam ser apresentados em português e, à medida em que o aluno ganha confiança e conhecimento na língua-alvo, a troca de códigos também acontece, sempre de forma gradativa.

Temos ressalvas sobre o volume de conteúdos do livro como um todo. Como observado na análise, as atividades são insuficientes para atingir os objetivos, mas ao final do livro, o número de atividades é incompatível com o tempo que dispomos. Temos, portanto, muito conteúdo trabalhado de forma rasa. Para ratificar nossa posição, comparamos o conteúdo gramatical proposto pelo livro e pela BNCC (2017) para o 6º ano. Verificamos que o livro apresenta mais que o dobro de conteúdo em relação à BNCC.

Outro critério que nos provoca questionamentos, apesar de não estar relacionada ao acolhimento do aluno, diz respeito à concepção de linguagem e ensino-aprendizagem. Percebemos que nossos apontamentos de divergência quanto às orientações oficiais se concretizaram na análise do LD. Por mais que os pressupostos do manual professor assumam uma perspectiva de ensino de gênero, citando Bakhtin (1986), Bazerman (2006) e Marcuschi (2006), os princípios teórico-metodológicos de ensino praticados pelo livro podem ser chamados de sociointeracionistas, como pressupõem os PCN, mas

se aproximam muito mais da abordagem comunicativa do que a de gêneros, pois é marcada pela prática social, mas não se preocupa com o discurso. Ou seja, afasta-se das diretrizes estaduais.

Do nosso ponto de vista, não podemos negar que o LD analisado é de excelente qualidade, até mesmo no que se refere ao suporte para o professor. O manual e as notas sobre as atividades são, sem dúvida, um grande diferencial. Entretanto, a partir de nossa análise, esta coleção não nos parece adequada ao 6º ano porque falta-nos indícios de que ele promova a autonomização do aluno. Transformando a interação professor-livro-aluno em uma relação de dependência e não incentivando a criação de uma relação aluno-livro.

Considerações finais

O ensino de inglês nas séries iniciais tem sido negligenciado pela esfera pública enquanto que, com vistas mercadológicas, o ensino privado aumenta cada vez mais a carga horária da disciplina. Assim, para que se cumpra o direito de igualdade em educação, é necessário as que escolas públicas implementem a língua inglesa em seu currículo; trata-se de justiça social, de acesso a novos saberes, novos mundos e novas culturas. O ensino de Língua Inglesa para crianças (ELIC), quando bem estruturado, contribui para a criação de laços afetivos com a nova língua que lhe permitirá maiores chances de sucesso na aquisição da LE, é ainda uma forma de contribuir para formação de um cidadão crítico e mais sensível ao novo e ao outro.

Tais reflexões nos motivaram a teorizar sobre a perspectiva do aluno em sua transição da escola municipal para a estadual. Hoje, não é mais possível afirmar que todos os alunos ingressantes no 6º ano tiveram (ou não) contato formal com LI ou LE, haja visto o grande número de implementações de ELIC espalhadas pelo Brasil.

Propomo-nos então a analisar o LD utilizado no 6º ano em escolas estaduais paranaenses, pois acreditamos ser esta uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, além de ser conquista recente em nossa disciplina. Revisitamos os conceitos de língua, linguagem e

orientações teórico-metodológicas que embasam a criação das obras didáticas, bem como etapas no PNLD e o processo de escolha do LD para apresentarmos nossos resultados.

Analisamos e avaliamos o LD com foco no sujeito para quem ele é pensado/idealizado e os resultados mostraram que, mesmo sendo de ótima qualidade, o LD apresenta irregularidade na teoria assumida e aquela por ele praticada, precisa de adaptações e melhorias.

Utilizando do LD como instrumento de pesquisa, acreditamos ter demonstrado apenas uma faceta destes problemas. Mesmo assim, cumprimos com o objetivo de gerar reflexão sobre este aluno de 6º ano e como estamos tratando de sua transição dos anos iniciais para os finais do EF. Sobre isso, a própria BNCC admite ser um período crítico este momento de transição pelo qual a criança passa.

Em nossa concepção, particularmente falando, se o surgimento da BNCC teve por finalidade estabelecer a garantia de um currículo mínimo para a educação de todo o país, é um grande pesar que este novo documento sequer faça menção ao ELIC, mesmo quando, de sua elaboração, profissionais do Brasil todo tenham feito o apelo de unir todas as práticas espalhadas e ilhadas pelo país afora. As crianças menos privilegiadas do Brasil perderam uma grande oportunidade.

Deixamos aqui nosso apelo para que mais estudos sejam feitos sobre o acolhimento dos alunos no 6º ano na disciplina de LEM, haja visto que para uma parcela da população o ELIC ainda não é uma realidade. Esperamos com esta pesquisa contribuir para a reflexão de professores da rede estadual de ensino sobre o processo de escolha e ainda da utilização desta ferramenta, pois, como apontado, demandará do profissional muita adequação para que este lhe seja útil.

REFEÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (3o e 4o ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático** - PNLD 2018. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2018**: Língua Estrangeira Moderna. Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

COSTA, B. R. M. **Critérios de seleção e utilização do livro didático de inglês na rede estadual de ensino de Goiás: um estudo de caso com quatro professoras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

DIAS, R. Critérios para a avaliação do livro didático (LD) de língua estrangeira (LE). In: DIAS, R. E CRISTOVÃO, V. (Org.) **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 199-234.

FERREIRA, C. C. **Manuales y enseñanza de lengua extranjera/adicional en evidencia: investigación y criterios de análisis.** In: KANASHIRO, D. S. K; SANTOS, J. J. (Org.). **Prática de Ensino de Língua Espanhola**. 1ed. v. 1. Campo Grande: Editora UFMS, 2015, p. 87-105.

FRANCO, Claudio de Paiva. **Way to English for Brazilian learners:** língua estrangeira moderna, inglês, ensino fundamental II.1 ed. vol 6. São Paulo: Ática, 2015.

MAGNO E SILVA, W. Livros didáticos: fomentadores ou inibidores da autonomização? In: DIAS, R. E CRISTOVÃO, V. (Org.) **O livro didático de língua estrangeira:** múltiplas perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 57-78.

MELO, A.S.E; MAIA FILHO, O. N; CHAVES, H. V. **Lewin e a pesquisa-ação:** gênese, aplicação e finalidade. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, p. 153-159, 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares estaduais de língua estrangeira moderna**. Curitiba, 2008.

RAMOS, R. C. G. O livro didático de língua inglesa para o Ensino Fundamental e Médio: papéis, avaliação e potencialidade. In: DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V. L. L.

(Org.). **O livro didático de língua estrangeira:** múltiplas perspectivas. Campinas: SP: Mercado de Letras, 2009, v., p. 173-198.

SARMENTO, S.; SILVA, L. G. The book is (not) on the table: o Programa Nacional do Livro Didático no cotidiano escolar da educação linguística. **Anais Eletrônicos do 9º Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p. 1-16. 2012.

SOUZA-LUZ, A. C. C. C. **Análise e avaliação de livros didáticos e a etapa de seleção das coleções do PNLD:** a participação de professor de língua inglesa. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015.

XAVIER, R.P; SOUZA, D. T. de. **O que os alunos pensam sobre o livro didático de inglês? Trabalhos em Linguística Aplicada.** v. 47, n.1, p. 65-89, jan. /jun. 2008.